AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

DOMINGO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE (AL)

EDITAL Nº 001/2026

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
✓ Não se comunique com outros candidatos.
✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão acentuadas de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) relatório, análise, possível, veiculo, histórico.
(B) relatório, análise, possível, veículo, histórico.
(C) relatório, analise, possível, veículo, histórico.
(D) relatório, análise, possivel, veículo, histórico.
(E) relatorio, análise, possível, veículo, histórico.

Questão 02

Leia o período:

"Os servidores receberam as solicitações dos usuários e as encaminharam ao setor competente, que deverá analisá-las antes da resposta definitiva."

Assinale a alternativa que apresenta análise correta dos elementos de coesão.

(A) O primeiro pronome "as" e o pronome "las" retomam "as solicitações", enquanto o pronome relativo "que" retoma "o setor competente".
(B) O primeiro pronome "as" retoma "os usuários", enquanto o pronome "las" retoma "as solicitações" e "que" retoma "a resposta definitiva".
(C) O primeiro pronome "as" e o pronome "las" retomam "os usuários", enquanto o pronome relativo "que" retoma "a resposta definitiva".
(D) O primeiro pronome "as" retoma "os servidores", enquanto o pronome "las" retoma "os usuários" e "que" retoma "as solicitações".
(E) O primeiro pronome "as" retoma "as solicitações", enquanto o pronome "las" retoma "os usuários" e "que" retoma "os servidores".

Questão 03

Leia o trecho:

"AVISO

Os interessados deverão apresentar os documentos até sexta-feira, no setor responsável, das 9h às 14h. A entrega após esse período poderá comprometer a análise do requerimento."

Quanto à finalidade e à organização predominante desse texto, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Trata-se de uma narrativa de predominância expositiva, pois relata fatos em sequência e descreve o funcionamento do setor responsável.
(B) Trata-se de uma descrição técnica, pois apresenta características do procedimento administrativo e detalha o espaço de atendimento.
(C) Trata-se de uma exposição conceitual, pois explica o significado do requerimento e as consequências administrativas de sua apresentação.
(D) Trata-se de um texto argumentativo, pois procura convencer o destinatário de que o prazo estabelecido é adequado à análise do requerimento.
(E) Trata-se de um aviso de predominância injuntivo-informativa, pois comunica uma condição objetiva e orienta o destinatário quanto à providência a ser adotada.

Questão 04

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está integralmente de acordo com a norma-padrão.

(A) Permaneceram anexo ao processo as cópias devidamente autenticadas e necessária à análise do pedido.
(B) Permaneceram anexas ao processo as cópias devidamente autenticadas e necessárias à análise do pedido.
(C) Permaneceram anexas ao processo as cópias devidamente autenticado e necessária à análise do pedido.
(D) Permaneceu anexas ao processo as cópias devidamente autenticada e necessárias à análise do pedido.
(E) Permaneceu anexa ao processo as cópias devidamente autenticadas e necessário à análise do pedido.

Questão 05

Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão.

(A) A comissão mostrou-se favorável a proposta e contrária às alterações apresentadas posteriormente.

(B) A comissão mostrou-se favorável à proposta e contrária as alterações apresentadas posteriormente.

(C) A comissão mostrou-se favorável à proposta e contrária às alterações apresentadas posteriormente.

(D) A comissão mostrou-se favorável com a proposta e contrária às alterações apresentadas posteriormente.

(E) A comissão mostrou-se favorável pela proposta e contrária com as alterações apresentadas posteriormente.

Questão 06

Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

(A) Os servidores aspiravam às melhores condições de trabalho e obedeciam com as orientações estabelecidas pela chefia.

(B) Os servidores aspiravam por melhores condições de trabalho e obedeciam às orientações estabelecidas pela chefia.

(C) Os servidores aspiravam a melhores condições de trabalho e obedeciam às orientações estabelecidas pela chefia.

(D) Os servidores aspiravam em melhores condições de trabalho e obedeciam com as orientações estabelecidas pela chefia.

(E) Os servidores aspiravam melhores condições de trabalho e obedeciam as orientações estabelecidas pela chefia.

Questão 07

Leia o período:

"O setor ampliou o horário de atendimento; ainda assim, a procura permaneceu elevada. Em razão disso, foi necessário reorganizar a distribuição das equipes."

Assinale a alternativa que apresenta análise correta das relações de sentido estabelecidas pelos conectivos destacados.

(A) "Ainda assim" estabelece relação de causa entre as informações, enquanto "em razão disso" introduz uma explicação para a ampliação do atendimento.

(B) "Ainda assim" estabelece relação de adição, enquanto "em razão disso" introduz uma comparação entre o atendimento e a reorganização.

(C) Ainda assim" estabelece oposição concessiva em relação à informação anterior, enquanto "em razão disso" introduz uma consequência decorrente da manutenção da elevada procura.

(D) "Ainda assim" estabelece relação de conclusão, enquanto "em razão disso" apresenta uma condição para a reorganização das equipes.

(E) "Ainda assim" estabelece relação de finalidade, enquanto "em razão disso" introduz oposição entre a procura e a distribuição das equipes.

Questão 08

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão.

(A) Mais de um candidato apresentou recurso, mas cerca de vinte participantes solicitaram esclarecimentos adicionais.

(B) Mais de um candidato apresentaram recurso, mas cerca de vinte participantes solicitaram esclarecimentos adicionais.

(C) Mais de um candidato apresentaram recurso, mas cerca de vinte participantes solicitou esclarecimentos adicionais.

(D) Mais de um candidato apresentava recurso, mas cerca de vinte participante solicitaram esclarecimentos adicionais.

(E) Mais de um candidato apresentou recurso, mas cerca de vinte participantes solicitou esclarecimentos adicionais.

Questão 09

Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com a norma-padrão.

(A) Se os documentos forem entregues dentro do prazo, a análise, poderá ser concluída ainda nesta semana.

(B) Se os documentos forem entregues, dentro do prazo a análise poderá ser concluída ainda nesta semana.

(C) Se os documentos forem entregues dentro do prazo a análise, poderá ser concluída ainda nesta semana.

(D) Se os documentos forem entregues dentro do prazo, a análise poderá ser concluída ainda nesta semana.

(E) Se, os documentos forem entregues dentro do prazo, a análise poderá ser concluída ainda nesta semana.

Questão 10

Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão.

(A) Nada informou-se aos interessados antes que se concluísse a análise dos documentos.

(B) Nada informou-se aos interessados antes que concluísse-se a análise dos documentos.

(C) Nada se informou aos interessados antes que se concluísse a análise dos documentos.

(D) Nada se informou aos interessados antes que concluísse-se a análise dos documentos.

(E) Se informou nada aos interessados antes que a análise concluísse-se formalmente.

INFORMÁTICA

Questão 11

Uma repartição precisa transformar um documento impresso em arquivo digital para posterior armazenamento e envio eletrônico. Considerando o funcionamento dos periféricos de entrada e saída, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A impressora atua como dispositivo de entrada quando recebe um documento físico e o converte em arquivo eletrônico armazenado no sistema operacional.

(B) O scanner atua como dispositivo de saída porque apresenta ao usuário uma representação digital do documento capturado durante a operação.

(C) O scanner funciona como dispositivo de armazenamento quando mantém temporariamente a imagem capturada antes que ela seja exibida ou gravada no computador.

(D) O scanner atua como dispositivo de entrada ao capturar a imagem do documento físico e convertê-la em informação digital utilizável pelo computador.

(E) A impressora multifuncional funciona como dispositivo de entrada durante a impressão e como dispositivo de saída durante a digitalização de documentos.

Questão 12

Um computador corporativo apresenta uma mensagem informando que diversos arquivos foram criptografados e que o acesso será restabelecido mediante pagamento de determinada quantia. Considerando as categorias de malware, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O comportamento descrito é compatível com spyware, malware cuja finalidade característica é bloquear arquivos locais até que o usuário confirme sua identidade.

(B) O comportamento descrito é compatível com keylogger, malware que bloqueia arquivos após registrar as teclas digitadas pelo usuário durante a autenticação.

(C) O comportamento descrito é compatível com ransomware, malware que pode criptografar dados ou restringir seu acesso para exigir pagamento da vítima.

(D) O comportamento descrito é compatível com worm, malware que criptografa documentos para estimular sua propagação automática entre equipamentos conectados.

(E) O comportamento descrito é compatível com adware, malware que modifica arquivos do usuário para aumentar a exibição de publicidade durante a navegação.

Questão 13

Um usuário compartilha um arquivo armazenado em serviço de nuvem e deseja permitir que outra pessoa visualize o conteúdo, mas não altere o documento. Considerando recursos comuns de compartilhamento em nuvem, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Deve ser removida a sincronização do arquivo antes do compartilhamento, pois a sincronização permite que usuários com acesso de leitura realizem alterações.

(B) Deve ser atribuída permissão de edição com bloqueio temporário, pois esse nível impede alterações enquanto o arquivo permanecer aberto pelo proprietário.

(C) Deve ser concedida permissão de proprietário ao destinatário, pois esse nível permite consultar o arquivo sem modificar sua estrutura original.

(D) Deve ser atribuída permissão de visualização ou equivalente, restringindo a capacidade do destinatário de editar o conteúdo compartilhado.

(E) Deve ser criada uma cópia local do documento, pois serviços de nuvem não permitem diferenciar permissões de leitura e modificação entre usuários.

Questão 14

Em um computador com Windows, um usuário trabalha simultaneamente com diversas janelas abertas e deseja alternar rapidamente entre elas sem utilizar o mouse. Considerando atalhos padrão do sistema operacional, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A combinação Alt + F4 exibe a lista de aplicativos em execução, permitindo escolher qual janela será trazida para o primeiro plano.

(B) A combinação Windows + L permite percorrer as janelas abertas e selecionar a próxima aplicação ativa na área de trabalho.

(C) A combinação Windows + D alterna entre os aplicativos abertos em sequência, mantendo visível a lista de janelas disponíveis para seleção.

(D) A combinação Alt + Tab permite alternar entre aplicativos ou janelas abertas, exibindo uma interface de seleção enquanto as teclas são utilizadas.

(E) A combinação Ctrl + Tab permite alternar entre todos os aplicativos abertos no Windows, incluindo programas minimizados na barra de tarefas.

Questão 15

Em um documento extenso elaborado no Microsoft Word, deseja-se gerar um sumário automático que possa ser atualizado quando novos tópicos forem acrescentados ou quando a paginação for alterada. Considerando os recursos de formatação do editor, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A utilização de caixas de texto nos títulos permite ao Word reconhecer automaticamente a hierarquia dos tópicos e construir o sumário com base na posição visual.

(B) A aplicação consistente de estilos de título aos cabeçalhos permite que o Word identifique a estrutura do documento e gere um sumário automático atualizável.

(C) A aplicação manual de negrito e aumento de fonte aos títulos é suficiente para que o Word interprete esses trechos como níveis estruturais do documento.

(D) A inserção de números de página nos títulos permite que o Word organize automaticamente o sumário de acordo com a ordem de ocorrência dos tópicos.

(E) A criação de marcadores antes de cada título faz com que o Word converta automaticamente esses parágrafos em entradas hierárquicas do sumário.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 16

O setor de controle de uma linha de produção acompanha, ao final de cada ciclo, um índice acumulado de desempenho representado pela sequência (a_n). Nos dois primeiros ciclos, foram registrados $a_1 = 2$ e $a_2 = 5$. A partir do terceiro ciclo, o índice é atualizado, para todo inteiro $n \geq 3$, pela relação $a_n = 2a_{n-1} - a_{n-2} + n$. Com base nesse modelo, assinale a alternativa CORRETA para o valor de $a_8 - 2a_7 + a_6$.

(A) 9.

(B) 12.

(C) 8.

(D) 11.

(E) 10.

Questão 17

Em um sistema de monitoramento industrial, as proposições p, q e r representam três condições associadas ao funcionamento de um equipamento. A regra lógica utilizada pelo sistema é expressa por [(p ^ ¬q) v r] e, em determinada verificação, essa proposição apresentou valor lógico falso. Analise as assertivas e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) r é necessariamente falsa.

(__) p ^ ¬q é necessariamente falsa.

(__) p é necessariamente falsa.

(__) Se p for verdadeira, então q será necessariamente verdadeira.

(__) q é necessariamente verdadeira.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, V, F, V, F.

(B) F, V, F, V, V.

(C) V, V, F, F, F.

(D) V, V, F, F, V.

(E) V, F, F, V, F.

Questão 18

As regras de operação de um sistema automatizado são representadas pelas proposições p, q e r. Para analisar o comportamento lógico dessas regras, um analista modelou a proposição composta [(p → q) ^ (q v r)] → (p → r) e construiu sua tabela-verdade completa. Assinale a alternativa CORRETA para o número de linhas em que o antecedente (p → q) ^ (q v r) é verdadeiro e o consequente p → r é falso.

(A) 3 linhas.

(B) 1 linha.

(C) 2 linhas.

(D) 4 linhas.

(E) 5 linhas.

Questão 19

Cinco servidores, Amaro, Belmiro, Ciro, Dália e Ítalo, são investigados para identificar quem enviou um arquivo sigiloso para fora da instituição. A apuração confirmou que exatamente um deles realizou o envio. Durante os depoimentos, foram registradas as seguintes declarações:

Amaro: "Amaro ou Belmiro enviou o arquivo."

Belmiro: "Amaro ou Ciro enviou o arquivo."

Ciro: "Belmiro, Dália ou Ítalo enviou o arquivo."

Dália: "Belmiro, Ciro ou Dália enviou o arquivo."

Ítalo: "Ciro ou Dália enviou o arquivo."

Sabe-se que exatamente duas dessas cinco declarações são verdadeiras. Assinale a alternativa CORRETA.

(A) Ciro enviou o arquivo.
(B) Amaro enviou o arquivo.
(C) Ítalo enviou o arquivo.
(D) Belmiro enviou o arquivo.
(E) Dália enviou o arquivo.

Questão 20

Em uma avaliação com 200 candidatos, 70% acertaram uma questão de lógica proposicional e 55% acertaram uma questão de argumentação lógica. Sabe-se que 20% dos candidatos erraram ambas as questões. Analise as assertivas:

I. 50% dos candidatos acertaram as duas questões.

II. 20 candidatos acertaram apenas a questão de lógica proposicional.

III. 10% dos candidatos acertaram apenas a questão de argumentação lógica.

IV. 80% dos candidatos acertaram pelo menos uma das duas questões.

V. 40 candidatos erraram ambas as questões.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as assertivas CORRETAS:

(A) III e V, apenas.
(B) III, IV e V, apenas.
(C) I, II e IV, apenas.
(D) I, III, IV e V, apenas.
(E) II, IV e V, apenas.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE CAMPO ALEGRE (AL)

Questão 21

Leia o texto a seguir.

"No site Family Search consta que o Engenho Mosquito existia antes de 1800 e que a sua proprietária era uma viúva de Vicência, que construiu sua casa na margem da estrada para São Miguel. Foi no entorno dessa habitação que surgiu o povoado que depois ficou conhecido como Mosquito de Baixo. [...] Antônio de Barros construiu sua casa e com a expansão para novos moradores, surgiu Mosquito de Cima. [...] Segundo Thomaz Espíndola, em sua Geografia Alagoana de 1871, Mosquito de Baixo e Mosquito de Cima eram, na prática, um único povoado de São Miguel." (Ticianeli, 2026, adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a alternativa que apresenta inferência CORRETA sobre o processo de ocupação do território.

(A) A ocupação inicial esteve ligada a uma unidade produtiva açucareira, e, em 1871, os núcleos ainda não tinham autonomia político-administrativa.
(B) Em 1871, Mosquito de Baixo e Mosquito de Cima já constituíam sede municipal autônoma, desmembrada de São Miguel.
(C) Os dois núcleos surgiram de uma ocupação simultânea, sem relação com o engenho ou com a estrada para São Miguel.
(D) A formação de Mosquito de Cima antecedeu a existência do Engenho Mosquito na região.
(E) Mosquito de Baixo formou-se a partir da expansão de Mosquito de Cima em direção à estrada para São Miguel.

Questão 22

A figura de Antônio de Barros ocupa lugar central nas narrativas sobre o início da colonização do território que viria a formar Campo Alegre. Os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de pesquisas históricas descrevem sua fixação no local e os vínculos familiares que estabeleceu. Julgue as afirmativas a seguir em verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) Antônio de Barros fixou-se em Mosquito de Cima, onde comprou pequeno rancho de sapé e cabeças de gado.

(__) Antônio de Barros casou-se com a filha da proprietária do Engenho Mosquito, localizado nas proximidades.

(__) A igreja iniciada por Antônio de Barros no povoado foi concluída por seu neto, João Fernandes Vieira.

(__) Segundo o histórico do IBGE, o estabelecimento de Antônio de Barros no local é considerado o primeiro passo para a colonização.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) V, F, V, F.
(B) V, V, V, F.
(C) V, V, F, V.
(D) F, V, F, V.
(E) F, F, V, V.

Questão 23

Durante o período do Estado Novo, diversas localidades brasileiras tiveram seus nomes revistos por imposição de normas federais, e o distrito de Campo Alegre, então pertencente a São Miguel dos Campos, foi atingido por essas mudanças. Considerando a evolução toponímica do município, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. O distrito de Campo Alegre passou a denominar-se Mosquito por força do Decreto-Lei Estadual nº 2.909/1943.

PORQUE

II. O Decreto-Lei nº 311/1938 determinou diretamente a extinção dos distritos cujos nomes coincidissem com os de localidades de outras unidades da Federação.

Assinale a alternativa CORRETA.

(A) A asserção I é falsa, e a asserção II é verdadeira.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
(C) A asserção I é verdadeira, e a asserção II é falsa.
(D) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.
(E) As asserções I e II são falsas.

Questão 24

Os registros históricos sobre a origem do nome Campo Alegre descrevem o local em que o povoado foi edificado, e os dados municipais informam altitude de 180 metros acima do nível do mar, temperatura máxima de 37 °C e mínima de 25 °C.

Assinale a alternativa CORRETA acerca dos aspectos físicos da sede municipal.

(A) A amplitude entre as temperaturas extremas registradas é de 62 °C, e a sede ergue-se em várzea fluvial.
(B) A amplitude entre as temperaturas extremas registradas é de 12 °C, e a sede ergue-se em várzea fluvial.
(C) A amplitude entre as temperaturas extremas registradas é de 62 °C, e a sede ergue-se sobre um chapadão.
(D) A amplitude entre as temperaturas extremas registradas é de 12 °C, e a sede ergue-se sobre um chapadão.
(E) A amplitude entre as temperaturas extremas registradas é de 31 °C, e a sede ergue-se em várzea fluvial.

Questão 25

A memória institucional e religiosa de Campo Alegre pode ser organizada a partir de datas que marcam a criação de serviços públicos, a inauguração de equipamentos urbanos e as celebrações do calendário local.

Relacione a Coluna I à Coluna II.

Coluna I

(1) 24 de março de 1891.

(2) 21 de maio de 1908.

(3) 6 de janeiro de 1938.

(4) 25 de dezembro.

Coluna II

(__) Inauguração do Mercado Público da localidade.

(__) Festa do padroeiro do município.

(__) Decreto do governador que instalou o distrito de Paz.

(__) Data do Cartório de Registro Civil.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) 4, 3, 2, 1.
(B) 3, 4, 1, 2.
(C) 2, 1, 4, 3.
(D) 4, 3, 1, 2.
(E) 3, 4, 2, 1.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 26

Um projeto de digitalização do acervo da Secretaria de Fazenda pretende substituir processos e livros fiscais em papel por documentos digitais com o mesmo valor probatório do original. Após a digitalização, constatada a _____ do documento digital nos termos do regulamento, o original poderá ser destruído, ressalvados os documentos de valor _____, e os documentos textuais impressos devem ser digitalizados com resolução mínima, em pontos por polegada, de _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) integridade - fiscal - 300
(B) integridade - histórico - 200
(C) integridade - histórico - 300
(D) autenticidade - histórico - 300
(E) integridade - fiscal - 200

Questão 27

Durante procedimento de fiscalização de receitas municipais, a autoridade fazendária requisita dados de terceiros e precisa definir o que pode ser divulgado sobre a situação dos contribuintes. Considerando as regras relativas ao dever de prestar informações à Administração Tributária e à preservação do sigilo fiscal, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) Por intimação escrita, os inventariantes e as empresas de administração de bens são obrigados a prestar à autoridade as informações de que disponham sobre bens de terceiros.

(__) Não constitui violação do sigilo fiscal a divulgação de informações relativas a inscrições em Dívida Ativa e a parcelamento ou moratória.

(__) O dever de prestar informações, se a intimação for escrita, alcança os fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão da profissão.

(__) A solicitação de autoridade administrativa, no interesse da Administração Pública, afasta o sigilo fiscal ainda que não instaurado processo para investigar o sujeito passivo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, V, V, V.
(B) F, F, F, V.
(C) V, F, F, F.
(D) F, V, V, F.
(E) V, V, F, F.

Questão 28

A atualização do cadastro imobiliário exige delimitar os imóveis sujeitos ao imposto predial e territorial urbano, apurar a base de cálculo e identificar quem figura como contribuinte. A respeito desse cadastro, analise as afirmativas a seguir:

I. A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana constantes de loteamentos aprovados, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo fora da zona dos melhoramentos.

II. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos no imóvel, em caráter permanente ou temporário, para sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

III. Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, o que exige registrar no cadastro também a situação de posse.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e II apenas.
(D) II e III apenas.
(E) I e III apenas.

Questão 29

Na apuração do valor devido por créditos tributários pagos com atraso, o setor de arrecadação aplica encargos moratórios e define quem responde por eles. Assim, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

(__) Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acumulada mensalmente.

(__) Na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito, os juros de mora continuam a incidir, suspendendo-se as penalidades.

(__) Sendo impossível exigir o tributo do espólio, o inventariante responde solidariamente, alcançando-o, em matéria de penalidades, somente as de caráter moratório.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) V, F, F, V.
(B) F, V, F, F.
(C) V, F, F, F.
(D) F, V, V, V.
(E) F, F, V, V.

Questão 30

Antes de promover a cobrança administrativa dos créditos vencidos, o setor de arrecadação os segrega conforme a natureza da dívida ativa. A multa aplicada por descumprimento de obrigação acessória do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza integra a Dívida Ativa _____; a multa aplicada por infração ao código de posturas municipal integra a Dívida Ativa _____; e a taxa de ocupação de imóvel municipal em atraso integra a Dívida Ativa _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) não tributária - não tributária - não tributária
(B) tributária - tributária - não tributária
(C) tributária - tributária - tributária
(D) tributária - não tributária - tributária
(E) tributária - não tributária - não tributária

Questão 31

Ao reorganizar a execução das atividades fazendárias, o Município adotou três medidas: criou, por lei, uma Secretaria Municipal de Finanças; criou, por lei específica, uma autarquia incumbida da arrecadação; e concedeu a particular, mediante contrato precedido de licitação, a exploração do serviço de estacionamento rotativo em vias públicas. Considerando as formas de organização administrativa e de distribuição da execução das atividades públicas, a primeira medida caracteriza a _____; a segunda, a descentralização _____; e a terceira, a descentralização _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) desconcentração - por outorga - por delegação
(B) descentralização - por outorga - por delegação
(C) desconcentração - por outorga - territorial
(D) desconcentração - por delegação - por outorga
(E) desconcentração - territorial - por delegação

Questão 32

O controle contábil da arrecadação municipal depende da forma como as receitas são registradas no orçamento e recolhidas ao caixa do Tesouro. Sobre esse registro e esse recolhimento, analise as afirmativas a seguir:

I. A receita do imposto sobre serviços arrecadada por bancos constará da lei de orçamento pelo seu total, vedado deduzir dela as tarifas cobradas pelos agentes arrecadadores.

II. As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluem-se como despesa no orçamento da obrigada à transferência e como receita no da que as deva receber.

III. Admite-se, para a arrecadação das taxas de fiscalização, a criação de caixa especial apartado da tesouraria municipal, desde que o recolhimento conte com escrituração própria.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I apenas.
(B) I e II apenas.
(C) I, II e III.
(D) II apenas.
(E) II e III apenas.

Questão 33

No processo administrativo tributário, a notificação do lançamento ao sujeito passivo confere estabilidade ao ato, cuja modificação posterior e cuja revisão pela autoridade obedecem a hipóteses e a limites temporais fixados em norma geral. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de recurso de ofício.

PORQUE

II. A revisão de ofício do lançamento pode ser iniciada mesmo depois de extinto o direito da Fazenda Pública, desde que fundada em fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(B) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(D) As asserções I e II são falsas.
(E) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 34

Na rotina do setor de arrecadação, a distinção entre a obrigação de pagar e os deveres instrumentais de declarar, escriturar e emitir documentos orienta tanto a cobrança do crédito quanto a fiscalização do contribuinte. Sobre o assunto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

PORQUE

II. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequentes.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(C) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(D) As asserções I e II são falsas.
(E) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

Questão 35

A emissão de certidões de regularidade fiscal exige do servidor a conferência dos dados cadastrais e da situação dos débitos do requerente, pois o documento produz efeitos perante terceiros e a Fazenda Pública. Considerando os efeitos das certidões fiscais e as consequências decorrentes de sua expedição irregular, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, sujeita o funcionário que a expedir às responsabilidades criminal e funcional, recaindo sobre o sujeito passivo, e não sobre o funcionário, o crédito tributário e os juros de mora acrescidos.

PORQUE

II. Tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão de que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(B) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(C) As asserções I e II são falsas.
(D) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(E) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 36

Cada receita orçamentária recebe um código numérico de natureza de receita, formado por níveis de classificação que ocupam posições fixas, conforme a sistematização oficial da Secretaria do Tesouro Nacional. Considere os níveis desse código listados abaixo:

(1) Tipo.

(2) Espécie.

(3) Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita.

(4) Categoria econômica.

(5) Origem.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que esses níveis aparecem no código, da esquerda para a direita:

(A) 4, 2, 5, 3, 1.
(B) 4, 2, 5, 1, 3.
(C) 5, 4, 2, 1, 3.
(D) 5, 4, 2, 3, 1.
(E) 4, 5, 2, 3, 1.

Questão 37

Um contribuinte obteve, em caráter individual, o parcelamento de débito tributário municipal. Considerando a aplicação subsidiária ao parcelamento das disposições relativas à moratória, a fiscalização apurou, antes de prescrito o direito à cobrança, que o contribuinte simulara o preenchimento dos requisitos exigidos para a concessão do benefício. Considerando os efeitos jurídicos dessa irregularidade, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE as consequências da constatação realizada.

(A) O parcelamento é revogado de ofício, e o crédito é cobrado com juros de mora e sem penalidade, desde que a revogação ocorra antes de prescrito o direito à cobrança.

(B) O parcelamento subsiste até o termo do prazo concedido, pois o favor individual gera direito adquirido, e a penalidade é exigida em procedimento próprio após a última parcela.

(C) O parcelamento é revogado de ofício, cobrando-se o crédito com juros de mora e com a penalidade cabível, sem cômputo, na prescrição, do tempo entre a concessão e a revogação.

(D) O parcelamento é revogado de ofício, e o crédito é cobrado com juros de mora e com a penalidade cabível, computando-se, na prescrição, o tempo entre a concessão e a revogação.

(E) O parcelamento é revogado de ofício, e o crédito é cobrado sem juros de mora, porque a lei local é omissa quanto aos encargos, aplicando-se a penalidade cabível pela simulação.

Questão 38

A fiscalização de um Município identificou situações que exigem lançamento ou revisão de ofício de tributos municipais. Assim, associe cada hipótese legal, na Coluna I, ao caso concreto correspondente, na Coluna II:

Coluna I

1. Declaração não prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

2. Falsidade, erro ou omissão quanto a elemento definido na legislação como de declaração obrigatória.

3. Omissão ou inexatidão do obrigado no exercício da atividade de antecipar o pagamento.

4. Atuação do sujeito passivo com dolo, fraude ou simulação.

Coluna II

(__) Prestador sujeito ao imposto sobre serviços recolhido sem prévio exame da autoridade apura o imposto sobre base inferior à devida, por equívoco de cálculo, sem ter apresentado documento algum ao fisco.

(__) Adquirente de imóvel entrega tempestivamente o documento exigido para o imposto de transmissão, mas nele indica, por engano, área construída menor que a real.

(__) Proprietário obrigado a comunicar a conclusão de obra, para atualização do imposto predial, deixa transcorrer o tempo fixado sem apresentar a comunicação exigida.

(__) Prestador emite notas fiscais com valores inferiores aos efetivamente cobrados e mantém registro paralelo das receitas reais.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 3, 2, 1, 4.

(B) 2, 3, 1, 4.

(C) 4, 3, 2, 1.

(D) 3, 1, 2, 4.

(E) 3, 4, 1, 2.

Questão 39

A legislação municipal não fixou o tempo de pagamento de determinada taxa. O contribuinte, notificado do lançamento, entregou cheque ao agente arrecadador, resgatado pelo sacado dias depois, e, na mesma ocasião, pagou integralmente o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do exercício. Sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O vencimento ocorreu quinze dias após a notificação, o crédito da taxa extinguiu-se com a entrega do cheque, e a quitação do IPTU não gera presunção de pagamento da taxa.

(B) O vencimento ocorreu trinta dias após a notificação, o crédito da taxa extinguiu-se com o resgate do cheque, e a quitação do IPTU não gera presunção de pagamento da taxa.

(C) O vencimento ocorreu na data da própria notificação, o crédito da taxa extinguiu-se com a entrega do cheque, e a quitação do IPTU faz presumir paga a taxa do exercício.

(D) O vencimento ocorreu trinta dias após a notificação, o crédito da taxa extinguiu-se com a entrega do cheque, e a quitação do IPTU faz presumir paga a taxa do mesmo exercício.

(E) O vencimento ocorreu quinze dias após a notificação, o crédito da taxa extinguiu-se com o resgate do cheque, e a quitação do IPTU faz presumir paga a taxa do mesmo exercício.

Questão 40

Um prestador de serviços foi autuado por omissão de receitas, com exigência do imposto devido e de multa fixada pela lei municipal vigente à época da infração, e impugnou o auto; antes do julgamento administrativo, nova lei municipal reduziu a multa prevista para essa conduta e diminuiu a alíquota do imposto incidente sobre a atividade. Com base exclusivamente nos arts. 106 e 144 da Lei federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A multa originária permanece exigível, pois a penalidade se rege pela lei da data da infração, e o imposto segue regido pela alíquota vigente na data do fato gerador.

(B) A multa menos severa alcança a infração caso a lei nova preveja expressamente a sua retroação, e o imposto passa a ser regido pela alíquota vigente no pagamento.

(C) A alíquota reduzida e a multa menos severa alcançam o fato pretérito, por não haver julgamento definitivo, visto que a lei mais benéfica retroage nos dois casos.

(D) A multa menos severa da lei nova alcança a infração, por não haver julgamento definitivo, e o imposto segue regido pela alíquota vigente na data do fato gerador.

(E) A multa menos severa alcança a infração desde que o contribuinte desista da impugnação, e o imposto passa a ser regido pela alíquota vigente na data do julgamento.

Questão 41

Um sujeito passivo com débitos vencidos perante o Município efetuou pagamento insuficiente para quitá-los, incumbindo à autoridade competente para receber o pagamento determinar a respectiva imputação. De acordo com os critérios aplicáveis à ordem de preferência entre débitos tributários, considere os débitos listados abaixo:

(1) Imposto predial e territorial urbano devido na condição de contribuinte.

(2) Imposto sobre serviços retido e não recolhido na condição de responsável tributário.

(3) Contribuição de melhoria devida na condição de contribuinte.

(4) Taxa de licença de funcionamento devida na condição de contribuinte.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA de imputação desses débitos:

(A) 4, 3, 1, 2.
(B) 2, 3, 4, 1.
(C) 3, 4, 2, 1.
(D) 3, 4, 1, 2.
(E) 4, 3, 2, 1.

Questão 42

O Município remunera atividades de fiscalização e serviços públicos por meio de taxas e custeia certas obras por meio de contribuição de melhoria, espécies tributárias com pressupostos e requisitos legais próprios. A respeito dessas espécies tributárias, analise as afirmativas a seguir:

I. É regular o poder de polícia exercido pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, se discricionária a atividade, sem abuso ou desvio de poder.

II. Considera-se utilizado potencialmente pelo contribuinte o serviço público de utilização facultativa que lhe seja posto à disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

III. A lei relativa à contribuição de melhoria deve prever a publicação prévia do memorial descritivo do projeto, do orçamento do custo da obra e da delimitação da zona beneficiada.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II apenas.
(B) III apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e III apenas.
(E) I apenas.

Questão 43

O setor de fiscalização de um Município precisa aplicar as regras constitucionais do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI). Considerando o enunciado, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) O ITBI não incide sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a locação de imóveis.

(__) O ITBI compete ao Município do domicílio do adquirente quando o imóvel transmitido estiver situado em outro Município da mesma unidade da Federação, conforme a regra constitucional de sujeição ativa.

(__) Cabe à lei complementar fixar as alíquotas máximas e mínimas do ISS, bem como excluir da sua incidência as exportações de serviços para o exterior, enquanto vigente o imposto.

(__) O IPTU deixa de incidir sobre imóveis em que funcionam templos religiosos quando a entidade imune é a proprietária, mas alcança o imóvel que ela ocupa na condição de locatária.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, V, F, V.
(B) V, F, V, F.
(C) V, F, F, F.
(D) F, V, V, F.
(E) F, F, V, V.

Questão 44

No setor de protocolo da Secretaria de Fazenda, os processos fiscais passam por procedimentos de união e de separação de peças que devem ser registrados na tramitação. Considerando os conceitos aplicáveis às atividades de protocolo, associe cada procedimento da Coluna I à respectiva descrição da Coluna II:

Coluna I

1. Juntada por anexação.

2. Juntada por apensação.

3. Desentranhamento.

4. Desmembramento.

Coluna II

(__) Retirada de folhas ou documentos de um processo, de forma definitiva e mediante justificativa, com o objetivo de formar outro processo.

(__) União temporária de processos, destinada ao estudo, à instrução e à uniformidade de tratamento em matérias semelhantes.

(__) Retirada de folhas ou documentos de um processo, de forma definitiva e mediante justificativa, que prossegue em tramitação sem eles.

(__) União definitiva e irreversível de documentos avulsos ou de processos a outro processo, com o qual passam a formar um só conjunto.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 3, 4, 1, 2.
(B) 3, 1, 4, 2.
(C) 4, 2, 3, 1.
(D) 4, 1, 3, 2.
(E) 3, 2, 4, 1.

Questão 45

Ao preparar projetos de lei de interesse da arrecadação, a Secretaria de Fazenda adota, como parâmetro de redação e estruturação, as normas gerais de elaboração das leis. Assim, considere os elementos da lei listados abaixo:

(1) Cláusula de revogação.

(2) Ementa.

(3) Epígrafe.

(4) Preâmbulo.

(5) Cláusula de vigência.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que esses elementos aparecem na lei:

(A) 3, 4, 2, 1, 5.
(B) 4, 3, 2, 1, 5.
(C) 2, 3, 4, 5, 1.
(D) 3, 2, 4, 5, 1.
(E) 3, 2, 4, 1, 5.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 46

Considerando o art. 102 do Código Civil e os arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição Federal, acerca da proteção possessória e dominial dos bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião, ainda que sejam dominicais, estejam sem utilização administrativa imediata ou sejam ocupados por particular durante período prolongado.
(B) A ocupação prolongada de imóvel público sem oposição administrativa pode converter-se em domínio particular quando presentes boa-fé, justo título e destinação econômica socialmente relevante.
(C) A vedação constitucional à usucapião alcança os bens de uso comum do povo e os de uso especial, enquanto os dominicais se submetem ao regime prescricional previsto no Código Civil.
(D) Os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião quando permanecerem desafetados por período suficiente e o possuidor demonstrar função social no exercício da posse.
(E) Os imóveis pertencentes a pessoas jurídicas de direito público podem ser adquiridos por usucapião extraordinária quando não estiverem materialmente vinculados à prestação de serviço público.

Questão 47

Considerando o art. 11, caput e §§ 3º e 4º, da Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, acerca dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A ilegalidade funcional devidamente comprovada permite o enquadramento como improbidade quando demonstrada grave violação aos princípios administrativos, ainda que não se evidencie finalidade ilícita na conduta do agente.

(B) O enquadramento da conduta funcional exige ação ou omissão dolosa tipificada no art. 11, demonstração objetiva da ilegalidade praticada e lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, sem exigir dano ao erário ou enriquecimento ilícito.

(C) O reconhecimento da improbidade prevista no art. 11 depende da demonstração de vantagem patrimonial obtida pelo agente ou por terceiro, além da comprovação da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

(D) A configuração das condutas previstas no art. 11 pressupõe demonstração de prejuízo patrimonial relevante ao Poder Público, embora possa ser dispensada a comprovação de enriquecimento ilícito do agente.

(E) A violação dolosa aos princípios administrativos configura improbidade quando demonstrada a incompatibilidade da conduta com a moralidade, ainda que o comportamento não corresponda às hipóteses descritas no art. 11.

Questão 48

Um Agente Fiscal de Tributos, no exercício de suas atribuições, depara-se com processo administrativo cuja competência decisória foi objeto de ato de delegação. Considerando os arts. 11, 12, 13 e 15 da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A delegação pode alcançar parte da competência e beneficiar órgão ou titular não subordinado hierarquicamente, enquanto a avocação possui caráter excepcional, temporário e depende de motivos relevantes devidamente justificados.

(B) A competência atribuída em caráter exclusivo pode ser delegada em situações de elevada complexidade técnica, desde que o ato indique os limites e o período de exercício da atribuição transferida.

(C) A decisão de recurso administrativo pode ser delegada quando a autoridade delegante estabelecer previamente os critérios jurídicos que deverão orientar a atuação da autoridade delegada.

(D) A delegação administrativa pressupõe relação de subordinação hierárquica entre delegante e delegado, enquanto a avocação pode recair sobre competência atribuída a órgão de estrutura administrativa distinta.

(E) A avocação pode ocorrer em caráter ordinário por razões de conveniência administrativa, caso a autoridade superior apresente justificativa relacionada à eficiência do processamento administrativo.

Questão 49

À luz do art. 71, incisos I, II e III e §§ 1º a 3º, da Constituição Federal, acerca das competências do Tribunal de Contas da União no exercício do controle externo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Compete ao Tribunal de Contas executar diretamente as decisões que imputem débito ou multa, mediante procedimento administrativo próprio instaurado após o encerramento da tomada de contas.

(B) Compete ao Tribunal de Contas registrar os atos de admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargos de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

(C) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas anuais do Presidente da República e emitir parecer prévio sobre as contas dos administradores responsáveis pela gestão de recursos públicos federais.

(D) Compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas anuais do Presidente da República mediante parecer prévio e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

(E) Compete ao Tribunal de Contas sustar diretamente a execução dos contratos administrativos impugnados, comunicando posteriormente a providência adotada ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo.

Questão 50

À luz do art. 2º, caput e parágrafo único, incisos I, II, VI e XIII, da Lei nº 9.784/1999, acerca dos princípios e critérios aplicáveis ao processo administrativo federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A proporcionalidade permite a imposição de restrição administrativa superior à necessária quando a Administração pretenda produzir efeito pedagógico relacionado à prevenção de futuras infrações.

(B) O princípio da finalidade autoriza a substituição do objetivo estabelecido em lei por outro interesse público identificado pela autoridade, desde que a decisão apresente motivação circunstanciada.

(C) A atuação administrativa deve observar a lei e o Direito, atender a fins de interesse geral, manter adequação entre meios e fins e evitar aplicação retroativa de nova interpretação administrativa.

(D) A Administração pode aplicar nova interpretação normativa a fatos anteriores quando a compreensão superveniente se mostrar juridicamente mais adequada aos objetivos institucionais do órgão.

(E) A autoridade administrativa pode renunciar parcialmente à competência que lhe tenha sido atribuída quando a medida favorecer a eficiência e houver demonstração de interesse público relevante.

Questão 51

Considerando o disposto no art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal, acerca da investidura em cargos públicos, das funções de confiança e dos cargos em comissão, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A investidura em cargo efetivo pode ocorrer mediante processo seletivo simplificado quando as atribuições envolvam direção ou assessoramento e a lei local estabeleça critérios objetivos de escolha.

(B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, observada sua destinação constitucional.

(C) A aprovação em concurso público autoriza a Administração a nomear o candidato para cargo efetivo distinto daquele disputado quando houver equivalência de escolaridade e compatibilidade das atribuições.

(D) As funções de confiança podem ser exercidas por servidores efetivos e por ocupantes de cargos comissionados, desde que destinadas às atribuições de chefia e assessoramento previstas em lei.

(E) Os cargos em comissão podem abranger atividades técnicas e operacionais permanentes quando a autoridade administrativa demonstrar relação de confiança necessária ao desempenho das respectivas funções.

Questão 52

À luz dos arts. 56 e 61 da Lei nº 9.784/1999, acerca dos recursos no processo administrativo federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A concessão de efeito suspensivo ao recurso administrativo depende da demonstração de ilegalidade manifesta na decisão, não sendo suficiente o risco concreto de prejuízo decorrente de sua execução.

(B) O recurso administrativo possui efeito suspensivo quando a decisão recorrida impuser obrigação patrimonial, ficando a eficácia imediata reservada às decisões de natureza organizacional ou procedimental.

(C) A autoridade que proferiu a decisão recorrida deve encaminhar imediatamente o recurso à autoridade superior, pois a reconsideração poderia comprometer a imparcialidade administrativa na instância recursal.

(D) Das decisões administrativas cabe recurso por razões de legalidade e de mérito, dirigido inicialmente à autoridade que proferiu a decisão, sendo possível a concessão de efeito suspensivo diante de justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

(E) O recurso administrativo restringe-se ao controle de legalidade da decisão impugnada, cabendo à autoridade superior avaliar aspectos de conveniência ou oportunidade mediante procedimento revisional autônomo.

Questão 53

Considerando o art. 74, incisos I a IV e § 1º, da Constituição Federal, acerca do sistema de controle interno mantido pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A comunicação de irregularidade ao Tribunal de Contas depende da conclusão de procedimento administrativo interno que confirme a existência do dano e quantifique a responsabilidade dos agentes envolvidos.

(B) O controle interno dos Poderes atua de maneira independente entre suas estruturas, sendo a integração prevista constitucionalmente direcionada à elaboração conjunta das respectivas prestações de contas.

(C) Os Poderes devem manter, de forma integrada, sistema de controle interno, e seus responsáveis, ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, devem dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

(D) O apoio ao controle externo constitui atribuição eventual do sistema de controle interno, condicionada à solicitação formal do Congresso Nacional ou do Tribunal de Contas competente.

(E) O sistema de controle interno possui atribuição concentrada na análise de legalidade das despesas públicas, ficando a avaliação dos resultados da gestão financeira e patrimonial a cargo do controle externo.

Questão 54

Uma autoridade administrativa identifica possível ilegalidade em ato do qual decorreram efeitos favoráveis ao administrado. Considerando o disposto no art. 54, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A decadência administrativa alcança os atos favoráveis praticados com comprovada má-fé do destinatário quando a Administração não formalizar a anulação no período de cinco anos previsto em lei.

(B) Nos atos que gerem efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de cinco anos é renovado a cada pagamento, permitindo a revisão administrativa enquanto permanecer a produção de efeitos financeiros.

(C) O exercício do direito de anular ocorre com a decisão administrativa definitiva que invalida o ato, não produzindo efeito sobre a decadência as medidas anteriores de impugnação de sua validade.

(D) O direito da Administração de anular o ato decai em cinco anos contados de sua prática, ressalvada a comprovada má-fé, sendo o prazo contado do primeiro pagamento quando se tratar de efeitos patrimoniais contínuos.

(E) O prazo de cinco anos para a anulação administrativa possui natureza prescricional e começa a correr da ciência da ilegalidade pela autoridade competente para promover a revisão do ato.

Questão 55

Considerando a disciplina jurídica dos atributos dos atos administrativos e sua incidência sobre a atuação fiscalizatória da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A imperatividade manifesta-se em todos os atos administrativos, inclusive naqueles que reconhecem direitos, certificam situações ou emitem pareceres sem impor obrigações ao administrado.

(B) A presunção de veracidade transfere ao administrado o ônus definitivo de provar a ilegalidade do ato, impedindo que a Administração reconheça de ofício eventual vício em sua formação.

(C) A autoexecutoriedade autoriza a Administração a executar materialmente qualquer obrigação imposta ao administrado, ainda que inexista previsão legal ou situação urgente que legitime a atuação direta.

(D) A tipicidade permite que a Administração crie novas espécies de atos administrativos quando houver interesse público relevante e ausência de disciplina legal específica para a providência pretendida.

(E) A presunção de legitimidade e veracidade permite que o ato administrativo produza efeitos desde sua edição, sem afastar a possibilidade de controle administrativo ou judicial quanto à sua conformidade jurídica.

Questão 56

Considerando o disposto no art. 74, caput e incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021, acerca da inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A contratação de profissional do setor artístico por inexigibilidade pode ocorrer quando houver reconhecimento regional de sua atuação, ainda que a contratação seja realizada por empresário sem exclusividade permanente ou contínua.

(B) A contratação de fornecedor exclusivo por inexigibilidade dispensa a demonstração documental da exclusividade quando a Administração identificar, mediante pesquisa mercadológica, reduzido número de fornecedores aptos.

(C) A contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade fundamenta-se na complexidade administrativa do objeto, sendo suficiente a comprovação de experiência anterior do profissional ou da empresa contratada.

(D) A inexigibilidade decorre da inviabilidade de competição, incluindo hipóteses como fornecedor exclusivo e certos serviços técnicos especializados de natureza intelectual prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

(E) A inexigibilidade de licitação decorre de decisão discricionária da Administração diante de situações nas quais a realização do procedimento competitivo se revele inconveniente em razão do valor ou da urgência da contratação.

Questão 57

Nos termos dos arts. 156, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021, considerando o regime de aplicação de sanções administrativas nas licitações e nos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A sanção de advertência pode ser aplicada às diferentes infrações previstas na lei quando a Administração concluir que a multa se mostra insuficiente diante das circunstâncias do caso concreto.

(B) A aplicação de sanção administrativa afasta a obrigação de reparação integral do dano quando o prejuízo causado à Administração estiver contemplado no valor da multa aplicada.

(C) A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade exige processo de responsabilização, com oportunidade de defesa escrita e especificação das provas que o interessado pretenda produzir.

(D) A declaração de inidoneidade possui os mesmos limites subjetivos e territoriais do impedimento de licitar e contratar, diferenciando-se deste em razão da duração prevista para a penalidade.

(E) A aplicação da sanção de multa exige processo de responsabilização conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, seguindo o procedimento previsto para a declaração de inidoneidade.

Questão 58

Considerando o disposto nos arts. 121, 122, 123 e 125 da Lei nº 8.112/1990, acerca das responsabilidades do servidor público federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A absolvição criminal repercute na esfera administrativa quando fundada na insuficiência de provas, ainda que permaneçam elementos suficientes para caracterizar infração funcional.

(B) A responsabilidade administrativa do servidor fica afastada quando o mesmo fato também constituir ilícito penal, cabendo à Administração aguardar a solução definitiva da persecução criminal.

(C) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo as sanções correspondentes cumular-se quando decorrerem de fundamentos juridicamente distintos.

(D) A responsabilidade civil do servidor pressupõe condenação administrativa definitiva, ainda que o dano ao erário decorra de conduta dolosa ou culposa regularmente comprovada.

(E) O servidor responde civilmente pelos prejuízos causados ao erário quando demonstrado dolo, enquanto a conduta culposa produz efeitos restritos à esfera administrativa.

Questão 59

À luz do art. 84, incisos IV e VI, da Constituição Federal, e da disciplina constitucional do poder regulamentar, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O regulamento destinado à fiel execução da lei deve observar seus limites materiais, não podendo inovar autonomamente na ordem jurídica mediante criação de obrigações sem fundamento legal.

(B) O regulamento executivo pode restringir direitos em extensão superior à prevista em lei quando a medida se mostrar adequada à proteção do interesse público tutelado pela Administração.

(C) O exercício do poder regulamentar autoriza a criação de sanções administrativas por decreto quando a infração estiver vinculada a obrigação previamente estabelecida em norma legal.

(D) O poder regulamentar permite ao Chefe do Executivo criar deveres administrativos não previstos em lei quando a providência estiver relacionada à eficiência da atuação fiscalizatória estatal.

(E) O decreto regulamentar pode modificar requisitos estabelecidos em lei quando a Administração identificar necessidade técnica superveniente que torne a disciplina legal menos eficiente.

Questão 60

Um Agente Fiscal de Tributos participa de processo administrativo destinado à apuração de infração sujeita à imposição de penalidade administrativa. Considerando os arts. 2º, parágrafo único, incisos VIII e X, e 68 da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A imposição de sanção administrativa deve observar as garantias de comunicação, apresentação de alegações, produção de provas e interposição de recursos, bem como a adequação entre os meios empregados e os fins pretendidos pela Administração.

(B) A sanção administrativa pode fundamentar-se em elementos não submetidos à manifestação do interessado quando obtidos por autoridade pública no exercício regular de atividade oficial de fiscalização.

(C) A adoção de medida sancionatória mais gravosa pode ser justificada pela finalidade preventiva da atuação administrativa, ainda que medida menos restritiva se revele suficiente para alcançar o resultado pretendido.

(D) A autoridade administrativa pode restringir a produção de provas defensivas quando considerar suficientes os elementos produzidos pela fiscalização, ainda que as provas requeridas sejam lícitas e pertinentes ao objeto do processo.

(E) A aplicação de penalidade administrativa dispensa fase específica de defesa quando o interessado tiver apresentado manifestação durante a fiscalização que antecedeu a instauração formal do processo sancionador.

Questão 61

Com fundamento no art. 23, caput, §§ 1º, 4º e 5º, da Lei nº 8.429/1992, com redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa **CORRETA** acerca da prescrição da pretensão sancionadora por ato de improbidade administrativa.

(A) O prazo prescricional inicia-se com o término do vínculo funcional do agente público, ainda que o ato de improbidade tenha ocorrido vários anos antes da exoneração, aposentadoria ou término do mandato.

(B) A ação para aplicação das sanções prescreve em oito anos, contados da ocorrência do fato ou, nas infrações permanentes, da cessação da permanência, observadas as causas legais de suspensão e interrupção.

(C) A instauração de processo administrativo para apuração de improbidade suspende o prazo prescricional até a conclusão definitiva do procedimento, ainda que sua duração ultrapasse cento e oitenta dias.

(D) A interrupção da prescrição pelo ajuizamento da ação faz com que o prazo integral previsto no caput volte a correr da publicação da decisão judicial que reconheceu o marco interruptivo.

(E) A instauração de inquérito civil interrompe o prazo prescricional, fazendo com que novo prazo integral de oito anos passe a correr após o encerramento da respectiva investigação.

Questão 62

Em processo administrativo instaurado para apurar infração praticada por empresa contratada, a autoridade competente reconheceu que a conduta possui gravidade moderada, não gerou dano patrimonial relevante, ocorreu em contexto operacional específico e foi praticada por empresa que, após o fato, aperfeiçoou seu programa de integridade. Considerando o art. 156, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A inexistência de dano patrimonial relevante permite afastar a análise da gravidade da infração, concentrando a dosimetria nas circunstâncias subjetivas relacionadas à atuação da empresa contratada.

(B) As peculiaridades do caso concreto possuem função complementar, sendo analisadas depois da escolha da sanção e sem repercussão sobre a definição de sua intensidade.

(C) As circunstâncias agravantes e atenuantes influenciam a fixação do valor da multa, enquanto as demais sanções devem ser definidas conforme a gravidade abstrata da infração praticada.

(D) O aperfeiçoamento posterior do programa de integridade pode ser considerado pela Administração como fundamento suficiente para substituir a sanção cabível por advertência, desde que não haja reincidência.

(E) A autoridade deve dosar a sanção considerando a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos à Administração e o programa de integridade.

Questão 63

Considerando os arts. 98 a 103 da Lei nº 10.406/2002, Código Civil, acerca do regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os bens de uso especial podem ser alienados durante sua afetação ao serviço público quando demonstrado interesse administrativo, desde que a alienação seja precedida de avaliação patrimonial.

(B) Os bens pertencentes às autarquias classificam-se como bens particulares afetados a finalidade pública, aplicando-se a eles proteção equivalente à conferida aos bens de uso especial.

(C) Os bens de uso comum do povo caracterizam-se pelo uso gratuito, enquanto a cobrança pela utilização do bem público implica sua reclassificação como bem dominical.

(D) Os bens dominicais submetem-se à usucapião quando não estiverem afetados a finalidade pública e sua posse particular preencher os requisitos temporais previstos na legislação civil.

(E) Os bens dominicais podem ser alienados quando observadas as exigências legais, enquanto os bens de uso comum do povo e de uso especial permanecem inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação.

Questão 64

Considerando o disposto no art. 50, caput e § 1º, da Lei nº 9.784/1999, acerca da motivação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A indicação dos fundamentos jurídicos pode ser substituída pela referência genérica ao interesse público quando o ato administrativo decorrer do exercício de competência discricionária.

(B) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos constantes de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores, que passam a integrar o ato.

(C) A motivação por remissão a parecer anterior é admitida quando seus fundamentos permanecerem externos ao ato, sem necessidade de incorporação ao conteúdo da decisão administrativa.

(D) A motivação pode ser dispensada nas decisões de recursos administrativos quando a autoridade mantiver integralmente os fundamentos adotados pela instância administrativa anterior.

(E) A motivação dos atos que imponham sanções administrativas pode ser apresentada posteriormente à decisão, caso a autoridade demonstre a existência prévia dos fatos que justificaram a medida.

Questão 65

Considerando os arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, acerca das alterações dos contratos administrativos e de seus limites quantitativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Nas alterações unilaterais que impliquem acréscimo ou diminuição quantitativa, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, alterações de até 25% do valor inicial atualizado, chegando o limite de acréscimos a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.

(B) A alteração unilateral do contrato pode modificar o regime de execução da obra ou do serviço quando estudo técnico superveniente demonstrar maior eficiência econômica em relação às condições originalmente pactuadas.

(C) As alterações quantitativas que permaneçam dentro dos limites legais permitem modificar a natureza do objeto contratado quando a alteração produzir benefício econômico comprovado para a Administração Pública.

(D) As alterações quantitativas impostas unilateralmente pela Administração podem alcançar 50% do valor inicial atualizado nos contratos de obras e serviços de engenharia, enquanto os contratos de fornecimento permanecem submetidos ao limite de 25%.

(E) O limite de 50% previsto para reforma de edifício ou equipamento abrange acréscimos e supressões quantitativas, desde que a Administração demonstre tecnicamente a manutenção da finalidade originalmente contratada.

PÁGINA DE RASCUNHO

INSTITUTO igeduc

CONCURSOS COM INTEGRIDADE

NÃO DESTACAR

Instagram Oficial:
@institutoigeduc